O JUDICIÁRIO

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES ■ ANO XI - Nº 90 - DEZEMBRO DE 2017 ■ WWW.AMC.ORG.BR

AMC
RUA DOS BAMBUS, 116,
ITACORUBI - FPOLIS (SC)
88034-570

NOVAS GESTÕES

Após eleição histórica, Rodrigo Collaço assumirá TJ/SC

"Vou colocar toda a minha energia para engrandecer ainda mais a Justiça catarinense, transformado-a num Judiciário cada vez mais forte, cada vez mais respeitado no Brasil".

PÁG. 4

Juíza Jussara Wandscheer será a primeira mulher a presidir a AMC

PÁG. 5

"Teremos três anos bastante turbulentos e mais do que nunca precisamos estar unidos. Tenho convicção de que juntos podemos enfrentar e vencer as adversidades".

Ricardo Roesler é o novo presidente do TRE/SC

PÁG. 6

EDITORIAL

Justiça em foco

A Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), uma vez mais, conseguiu reunir em seu tradicional Congresso Estadual de Magistrados uma plêiade de notáveis do meio jurídico, para debater o papel do Poder Judiciário no atual cenário político do país. O evento abriu com as brilhantes participações do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Glauco José Côrte, cuja abordagem retratou o panorama econômico do Brasil, destacando as razões da crise atual e as perspectivas para o futuro, e do Desembargador Pedro Manoel Abreu, decano do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), que discorreu a respeito do tema do evento: "Justiça no Estado Democrático de Direito – uma abordagem atual".

O segundo e último dia do encontro começou com um painel de peso, com o tema "Corrupção e Democracia: realidade e esperanças para um novo Brasil", e teve como debatedores o Ministro Jorge Mussi (STJ/TSE), o Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto (TRF/4ª Região), o Procurador de Justiça Fábio André Guaragni (MP/PR) e o Desembargador catarinense Hélio do Valle Pereira, sob mediação do Desembargador Stanley da Silva Braga.

O ministro Jorge Mussi deixou claro que cabe ao Poder Judiciário o papel de salvaguarda na conservação do Estado democrático de Direito. "A Lava Jato é um divisor de águas que iniciou com o Mensalão, de uma quebra de paradigma muito importante. Quando poderia se imaginar, antes, a elite sendo responsabilizada e punida por crimes de corrupção?", indagou.

Na parte da tarde, os participantes do Congresso Estadual de Magistrados puderam assistir a dois painéis.

> **"A Lava Jato é um divisor de águas que iniciou com o Mensalão (...). Quando poderia se imaginar, antes, a elite sendo responsabilizada e punida por crimes de corrupção?"**

O primeiro com o Médico Alberto Ambrogini (Baía Sul Medical Center), que ministrou a palestra "A saúde e o trabalho: a importância da prevenção ao adoecimento". Na sequência, os Desembargadores catarinenses Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço e César Augusto Mimoso Ruiz Abreu, então candidatos à presidência do TJ/SC, apresentaram propostas para melhoria da gestão judiciária. Por fim, o painel "A figura do Juiz como agente garantidor do Estado e da Sociedade", com a participação dos Professores e membros do Conselho da Magistratura da Argentina, Jorge Daniel Candis e Miguel Alberto Piedecasas, além do Juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva (TJ/SC).

A palestra do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Edson Fachin, encerrou o Congresso Estadual de Magistrados com uma série de reflexões sobre o papel que o sistema punitivo desempenha no Estado Democrático de Direito.

[MEMÓRIA]

FOTO: ARQUIVO AMC

Encontro realizado na **Capital**, por ocasião dos 35 anos da AMC e 10 anos da ESMESC.

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi, Florianópolis/SC. CEP 88034-570
(48) 3231-3006
imprensa@amc.org.br

www.amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - Juiz Odson Cardoso Filho
1º Vice-Presidente - Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer
2º Vice-Presidente - Juiz Osvaldo João Ranzi

Comunicação Social
Diretor - Juiz Antonio Augusto Baggio e Ubaldo
Diretor Adjunto - Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha

O JUDICIÁRIO

Ano IX - nº 90 - Dezembro de 2017

Tiragem: 2 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável
Fabrício Severino/SC01061-JP

Produção, Textos e Edição
Fabrício Severino
Karina Schovepper

Diagramação e Projeto gráfico
Karina Schovepper

Colaboração
Assessoria de Imprensa do TJ/SC
Assessoria de Imprensa do TRE/SC
Diretoria de Comunicação da ALESC

HOMENAGEM

Presidente do TJ/SC recebe o título de Cidadão Catarinense na Assembleia Legislativa

O presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Torres Marques, em sessão solene realizada no dia 5/12 na Assembleia Legislativa (Alesc), foi agraciado com o título de "Cidadão Catarinense", em reconhecimento à meritória carreira e dedicação do Magistrado ao Estado de Santa Catarina. O Desembargador Torres Marques, na oportunidade, disse estar honrado e comovido com a homenagem, que para ele carrega a simbologia da admiração e do respeito.

"Entendo que esta conquista é mais que o fruto do meu trabalho em prol da Justiça de Santa Catarina. Significa também o valioso reconhecimento deste labor pelo Poder Legislativo. Tornar-me de direito um cidadão catarinense laureia minha história com esta terra e vem coroar uma feliz realidade que já vivencio de fato há mais de 34 anos", disse. O presidente fez um breve relato sobre sua trajetória em território catarinense desde que chegou, em 1983, à cidade de Lages. Por lá ficou sete anos, como Juiz Substituto e titular. Depois disso, o Magistrado teve passagens por Trombudo Central, Orleans e São Miguel do Oeste.

"Essas andanças por diferentes regiões do Estado - e sua cultura multifacetada - trouxeram a certeza de estar numa terra de povo trabalhador, ordeiro e especialmente hospitaleiro. Soube que havia feito a escolha certa e senti que Santa Catarina me escolhia também", pontuou. Após retornar a Lages, veio para Florianópolis em 1993. Assumiu como Juiz de Direito de 2º grau em 1999 e como Desembargador em 2002. "Há 24 anos esta capital é meu lar. Já não cabe a mínima hesitação em afirmar que cheguei para ficar. Minha jornada encontrou repouso, seu porto seguro", concluiu.

A proposta de outorgar o título ao Desembargador Torres foi uma iniciativa do deputado Gabriel Ribeiro, seguida de forma unânime pelos demais parlamentares. A cerimônia, presidida pelo Deputado Sílvio Dreveck, presidente da Alesc, foi prestigiada por Deputados Estaduais, familiares, Desembargadores, Juízes, membros do Ministério Público e Servidores do PJSC entre outros profissionais.

■ **TJ/SC DIGITAL:** O acervo de processos digitais nas comarcas de Santa Catarina chegou ao mês de dezembro com 78,80%. Esse resultado é comemorado pelo programa de digitalização, aliado a outro dado importante: numa comparação ano a ano, as unidades 100% digitais foram de onze a 83. Além disso, outras 35 unidades já contam menos de 200 processos físicos e 151 têm mais de 90% do acervo digital.

O corregedor-geral, Desembargador Ricardo Fontes, destaca que a integração entre os servidores da Corregedoria, Secretaria-Geral e diretorias é essencial para esses resultados. Segundo o Magistrado, pode-se creditar o sucesso à coordenação do programa e ao engajamento demonstrado pelo 1º grau.

Coluna do Baco

Por Edson Ubaldo*

MERLOT

A Merlot, depois da Cabernet Sauvignon, é a uva tinta mais cultivada no mundo. Prima-irmã da Carmenère, descende da Cabernet Franc, sendo a principal variedade cultivada no Bordeaux: 100 mil ha contra 50 mil da Cab. Sauvignon. Embora esta seja majoritária no tradicional corte bordalês, a Merlot predomina nas terras mais amplas de St .-Émilion, Péssac-Leognan e Pomerol, onde constitui a base de grandes vinhos, como o Ch. Pétrus. Cultivada em todo o mundo, tem grande tradição no Chile há mais de 150 anos, com excelentes rótulos. Seus vinhedos misturavam-na a Carmenère, reidentificada em 1994 por um ampelólogo francês. Só então se entendeu por que parte das vinhas da suposta Merlot amadurecia uma semana depois das outras.

Seu nome, segundo as fontes mais abalisadas, deriva do pássaro chamado merle, conhecido em Portugal como merlo e no Brasil como melro. Parecido com os nossos pássaro-preto, graúna e chopim, o merlo tem cor preto-azulada semelhante à dos cachos da uva que lhe tomou o nome. Além disso, bandos dessa ave costumam atacar os grãos maduros na época da colheita. Os dois fatores se somaram para batizar a variedade como Merlot Noir, que é seu nome completo.

Suas principais características são: caules e ramos viçosos, cachos alados (um cachinho de cada lado do principal) de tamanho médio, grãos maiores e mais soltos que os da Cab. Sauvignon, cascas finas e maturação precoce -uma a duas semanas antes de suas primas. Tem boa produtividade e adapta-se com facilidade em diversos tipos de solo e clima. Por isso se espalhou por todos os países produtores, sem grandes diferenças de qualidade em relação aos vinhos elaborados em sua região de origem, ao contrário da Pinot Noir, que em lugar algum dá resultados sequer aproximados aos da Bourgogne.

A casca fina da Merlot produz menos taninos que as Cabernets. Comparando-se-as entre si, especialmente quando seus vinhos são mais jovens, constata-se que estas amarram a língua (como caqui verde), enquanto aquela produz uma sensação de maciez aveludada, que torna-se sedosa com o tempo. Por isso mesmo, salvo algumas exceções dos grandes vinhos de Pomerol e St.-Émilion, os Merlots amadurecem e envelhecem mais rapidamente que os Cabernets. Exemplo: um Merlot de 3 anos já está bem macio, enquanto um Cabernet da mesma idade ainda estás "duro", com taninos bem salientes. Por essa razão tornou-se clássico o corte de ambos, com o Cabernet dando força, corpo e longevidade e o Merlot entrando com estrutura e maciez. Suas cores também diferem: este tende ao vermelho-roxo, aquele ao vermelho-rubi.

No que tange à elaboração, há duas correntes. Na Europa as uvas são colhidas "no ponto", proporcionando mais frescor e acidez, com sabores de frutas vermelhas como amoras, cerejas, framboesas e mirtilo. No Novo Mundo a praxe é colhê-las mais tarde, com maior teor de açúcar e menor acidez, resultando em corpo mais intenso e maior graduação alcoólica, com aromas e sabores que lembram especiarias, baunilha, tabaco e ameixa preta. Seu envelhecimento em carvalho cria riquíssimos buquês.

A uva Merlot encontrou privilegiado habitat na Serra Gaúcha e no Planalto Catarinense, É a vinífera nobre que mais se adaptou a nossos solos e climas. Pela precocidade de sua maturação pode ser colhida em ótimas condições antes das costumeiras chuvas de final de verão. Os vinhos resultantes se ombreiam com os melhores dessa variedade produzidos ao redor do mundo. Por sua delicadeza, quando cortados com nossas vigorosas Cabernets perdem muito de suas finas qualidades de aroma e sabor, mas contribuem com a estrutura e amaciamento dos taninos desta.

Os vinhos Merlot se harmonizam bem com quase todos os tipos de comida, desde os tira-gostos de boteco até os mais requintados pratos. Contudo, por sua composição química, não se dão bem com saladas verdes, pratos apimentados e peixes – salvo bacalhau, pois, segundo os portugueses, bacalhau não é peixe, mas somente bacalhau... São perfeitos com brusquetas, pizzas, massas, aves, queijos suaves (brie, camembert, emental) e frios não picantes. Iriam bem com perdiz, paca, tatu, cervo, lebre, mas como a caça infelizmente está proibida, a hipótese fica restrita à clandestinidade, já que, apesar da proibição, nunca deixou de se caçar no país.

**Desembargador aposentado*

ELEIÇÕES

Desembargador Rodrigo Collaço é eleito presidente do TJ/SC

Os membros do Tribunal Pleno elegeram, na manhã do dia 6/12, o Desembargador Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço como novo presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) para o próximo biênio. No segundo turno, ele obteve 47 votos, contra 44 do Desembargador Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu. Houve um voto em branco. A solenidade de posse ocorrerá no dia 2 de fevereiro de 2018.

Na mesma sessão foram eleitos para os cargos de 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, 3º vice-presidente, corregedor-geral da Justiça e vice corregedor-geral da Justiça, respectivamente, os Desembargadores: Moacyr de Moraes Lima Filho (com 46 votos contra 45 do Desembargador Sérgio Izidoro Heil); Carlos Adilson Silva (que empatou no segundo turno com o Desembargador Stanley da Silva Braga, mas acabou sendo eleito por ser o mais antigo na Corte do que o concorrente); Altamiro de Oliveira (com 49 votos contra 42 da Desembargadora Salete Silva Sommariva); Henry Goy Petry Júnior (com 49 votos contra 30 do Desembargador Jorge Henrique Schaefer Martins e 12 do Desembargador Jaime Ramos); e Roberto Lucas Pacheco (com 58 votos contra 31 da Desembargadora Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer).

Logo após ser eleito, o Desembargador Rodrigo Collaço agradeceu os votos recebidos dos colegas. “Tenho certeza de que sairemos fortalecidos desde processo eleitoral, em que vivenciamos um debate de ideias, um debate importante, que permitirá que nós todos unidos tracemos um futuro ainda melhor para o Judiciário catarinense. Passada a eleição, o TJ volta a ser um corpo único. Vou colocar toda a minha energia para engrandecer ainda mais a Justiça catarinense, transformado-a num Judiciário cada vez mais forte, cada vez mais respeitado no Brasil”, ressaltou.

Collaço acrescentou que, dentre as suas propostas, está a de dar especial atenção as ações que visem melhorar a atividade-fim da Justiça de Santa Catarina. “O desafio é fazer a Justiça julgar mais e melhor. Vamos trabalhar incessantemente para aumentar ainda mais a produtividade da Justiça catarinense”, sublinhou.

■ **CURRÍCULO**

Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço é natural de Florianópolis/SC; nascido em 16.2.1963; graduou-se no Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 1984; ingressou na carreira da Magistratura catarinense em maio de 1989; como Juiz Substituto, atuou nas comarcas de Urubici e da Capital; – como Juiz de Direito titular, exerceu a judicatura nas comarcas de Papanduva, Palmitos, Porto União, Chapecó, Joinville e Capital; em 1999 assumiu a Presidência da Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC, sendo reeleito para o biênio 2001/2003; – eleito Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, exerceu o cargo entre os anos de 2005 e 2007; compôs o Conselho de Gestão e Modernização Judiciária em 2008; – designado para o Comitê Gestor de Documentos – CGDA em 2009; em fevereiro de 2009 foi removido ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina como Juiz de Direito de Segundo Grau; designado Vice-Diretor Executivo do Centro de Estudos Jurídicos do Tribunal de Justiça (Academia Judicial) para o biênio 2014/2015, tendo exercido a função de diretor interino durante período de afastamento do titular; tomou posse no cargo de Desembargador em dezembro de 2012. Atuou na Câmara Civil Especial (fev/09 a jun/10), na 4ª Câmara de Direito Público (jul/10 a set/2012) e, desde setembro de 2012 até o presente, na 4ª Câmara Criminal. Compõe o Órgão Especial desde junho de 2015.

Com apoio da Justiça, adolescentes praticam esporte milenar

Os Servidores da comarca de Santa Rosa do Sul, no sul do Estado, tiveram a oportunidade de assistir, no dia 7 de dezembro, defronte ao prédio do Fórum, a apresentação de crianças que integram projeto social desenvolvido naquele município e que tem na prática do taekwondo - arte marcial milenar do Oriente que virou esporte e prega o desenvolvimento integral de seu praticante - seu grande atrativo.

Na oportunidade, a Juíza Lívia Borges Zwetsch Beck, titular da comarca, foi agraciada com uma camiseta, em agradecimento ao apoio despendido ao projeto, tal como a doação de colchonetes e outros materiais indispensáveis ao exercício das atividades.

“A alegria e a disciplina das crianças contagiou os servidores, demonstrando que a prevenção no âmbito da infância e juventude pode ensejar grandes frutos a sociedade”, afirmou Grace Kelly Fortunato Canto, lotada no Oficialato da Infância e da Juventude daquela unidade jurisdicional.

NOVA GESTÃO

Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer vai presidir a AMC

A Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer foi eleita, na manhã do dia 2/12, durante a Assembleia Geral Ordinária (AGO), presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juntamente com o Juiz Vitoraldo Bridi (1º vice-presidente) e o Desembargador aposentado Alcides dos Santos Aguiar (2º vice-presidente). A chapa "Magistratura Unida", única participante do pleito, obteve 425 votos. Ao todo foram registrados 460 votos (71.2% de um total de 646 votantes), sendo 27 brancos e 8 votos nulos.

Esta será a primeira vez que uma Magistrada vai assumir o comando da entidade, cujo mandato tem duração de três anos (2018/2021). A posse da nova diretoria será em março de 2018.

A Juíza Jussara Wandscheer agradeceu o apoio dos colegas e disse estar motivada para assumir o desafio de representar a classe. "Teremos três anos bastante turbulentos e mais do que nunca precisamos estar unidos. Tenho convicção de que juntos podemos enfrentar e vencer as adversidades", frisou.

Também foram eleitos os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal da entidade. O pleito foi conduzido por uma Junta Eleitoral, constituída pelos associados Nilton João de Macedo Machado (presidente), Luiz Antônio Zanini Fornerolli, Eliane Alfredo Cardoso de Albuquerque (titulares), Rui de Aguiar e Cleni Serly Rauen Vieira (suplentes). Esta foi a primeira eleição da AMC em que os Associados puderam votar por meio eletrônico (foram 411 votos por meio eletrônico e 49 por cédula). "Felizmente deu tudo certo. Agradecemos a confiança da AMC e da Assembleia, que permitiu uso da votação eletrônica neste pleito", disse o presidente da Junta, Nilton Macedo Machado.

Câmara de Vereadores de Itajaí homenageia Desembargador José Agenor de Aragão

A Câmara de Vereadores de Itajaí aprovou na noite do dia 9/11, com 17 votos favoráveis, a Moção nº 39/2017 de congratulações e reconhecimento ao Desembargador José Agenor de Aragão, pelos 32 anos de dedicação à Justiça e pela promoção ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC). A homenagem foi proposta pelo vereador Fabrício Marinho (PPS).

José Agenor de Aragão é natural de Itajaí e ingressou na carreira da Magistratura em novembro de 1985. Iniciou o trabalho em Joaçaba e passou também pelas comarcas de Chapecó, Trombudo Central, Taió, Timbó, Criciúma e Itajaí. Durante a gestão de 2006 a 2009 foi presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC).

Ao lado dos familiares, o Magistrado recebeu a homenagem e manifestou a sua gratidão ao Parlamento de Itajaí. "Recebo com imensa satisfação essa homenagem proposta pelo ilustre vereador Fabrício Marinho, o qual eu gostaria de cumprimentar e agradecer, assim como os demais membros desta honrosa Casa", ressaltou.

VOTAÇÃO

Desembargador Ricardo Roesler é eleito presidente do TRE/SC

O Desembargador Ricardo José Roesler foi eleito o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC). A votação ocorreu na sessão do Pleno do dia 6/12, tendo o Desembargador recebido cinco votos para ocupar o cargo de presidente e dois votos para o cargo de vice-presidente e corregedor regional eleitoral.

A posse do novo presidente será em março de 2018.

■ **CURRÍCULO DO PRESIDENTE ELEITO**

Ricardo Roesler é natural de São Bento do Sul (SC). Atuou como Juiz Substituto nas comarcas de Joinville (sede), São Francisco do Sul e Canoinhas entre 1987 e 1989. Foi Juiz de Direito nas comarcas de Barra Velha (1989 – 1990), Sombrio (1990-1991), Jaraguá do Sul (1991 – 1993) e Joinville (1993 – 2007). No período de 2003 a 2006 foi presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e, de 2004 a 2007, atuou como diretor financeiro da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Ainda em 2007, foi nomeado Juiz de Direito de 2º Grau do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ/SC), onde tomou posse no cargo de Desembargador no ano de 2012. Atualmente, o Magistrado compõe vários órgãos julgadores, dentre os quais o Tribunal Pleno, Órgão Especial, Grupo de Câmaras de Direito Público e Conselho da Magistratura, além de presidir a Terceira Câmara de Direito Público. Nos trabalhos administrativos do TJSC, foi coordenador do Conselho Gestor de Informática, coordenador da Assessoria de Comunicação Social, membro da Comissão Especial da Reforma do Judiciário e de comissões de concurso, e coordenador-geral do Núcleo de Comunicação Institucional.

Ministro Marco Aurélio Buzzi será o novo Ouvidor do STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) elegeu no dia 8/11, durante sessão administrativa do Pleno, os Ministros que exercerão cargos de direção na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (Enfam), no Conselho da Justiça Federal (CJF) e também na Ouvidoria do Tribunal.

O Magistrado catarinense e Ministro do STJ, **Marco Aurélio Gastaldi Buzzi**, foi eleito para ser o Ouvidor da Corte pelo período de um ano, substituindo o Ministro Sebastião Reis Júnior, que está no cargo desde fevereiro de 2017. Para os cargos de vice-diretor da Enfam e membro efetivo do Conselho da Justiça Federal, foram escolhidos, respectivamente, os Ministros Og Fernandes e Isabel Gallotti.

O Ministro Marco Aurélio Buzzi agradeceu a confiança dos pares e afirmou que a Ouvidoria continuará sendo um canal de diálogo disponível a todos.

■ **CURRÍCULO**

O Magistrado catarinense Marco Aurélio Gastaldi Buzzi formou-se em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí em 1980, concluindo mestrado pela mesma instituição em 2001. Especializou-se em Direito do Consumidor pela Universidade de Coimbra em 2002.

Em 1982, foi aprovado em primeiro lugar no concurso para ingresso na Magistratura catarinense, sendo promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em 2002. Foi membro do conselho fiscal e presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), período 1998/1999, e membro do conselho executivo da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Em 2011, foi nomeado ministro do STJ, em vaga destinada a membro de Tribunal de Justiça estadual.

COLÓQUIO DE PRIMAVERA

Atendimento humanizado estimula a conciliação, avaliam especialistas

A terceira edição do Colóquio de Primavera reuniu, no dia 18/11, no Centro de Convivências da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), um grupo de operadores do Direito, com o propósito de compartilhar relatos e debater ideias sobre a experiência vivenciada em relação à conciliação no âmbito das comarcas do Estado de Santa Catarina. O evento, promovido pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC), foi coordenado pela Juíza da 1ª Vara Cível da comarca de Blumenau e professora da ESMESC, Quitéria Tamanini Vieira Péres.

A professora Dilsa Mondardo, assessora pedagógica da ESMESC, logo após dar as boas-vindas aos participantes, destacou a relevância da conciliação, que ganhou papel de destaque com o advento do novo Código de Processo Civil (CPC). Em seu discurso, ela também citou o professor argentino Luis Alberto Warat, que faleceu em dezembro de 2010. "Em 1998, há quase 20 anos, ele já falava na importância da conciliação. Tenho certeza de que sairemos daqui melhores do que chegamos e dispostos a repercutir uma cultura de paz", frisou.

Em seguida, a Juíza Quitéria Péres fez a sua exposição sobre o tema, destacando a necessidade de se adotar uma nova postura, um novo olhar sobre a forma de se fazer justiça, o que é possível por meio da conciliação. A Magistrada lembrou das palavras do cronista Rubem Alves, na obra "A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir", em que dizia: "a sabedoria precisa de esquecimento. Esquecer é livrar-se dos jeitos de ser que se sedimentaram em nós, e que nos levam a crer que as coisas têm de ser do jeito como são. Não. Não é preciso que as coisas continuem a ser do jeito como sempre foram".

A arte de conciliar requer, segundo a Juíza Quitéria Péres, o resgate de virtudes como a simplicidade, criatividade, julgar menos o outro, receber a parte de forma mais humanizada, com calma e atenção, e permitir que elas mesmas decidam como e quando pretendem resolver os seus conflitos. "Claro que o Poder Judiciário funciona como um sistema, que tem pautas, horários, enfim, mas a conciliação precisa de tempo. Precisamos lembrar que por trás dos processos existem pessoas, cada qual com as suas histórias de vida", destacou, acrescentando que muitas das demandas que aportam no Judiciário poderiam ser efetivamente resolvidas por meio da conciliação.

Recentemente, a Magistrada revitalizou em sua comarca o antigo Programa Permanente de Audiências Conciliatórias (PPAC), agora denominado Vamos Conciliar? Por meio do novo programa, os advogados podem solicitar, por telefone, a designação de uma sessão de conciliação/mediação em qualquer processo da referia Unidade Jurisdicional, tendo, inclusive, a possibilidade de escolher o conciliador. Além disso, o programa ampliou a realização das sessões de conciliação para contemplar, no início da tramitação, sua designação também nas ações de execução, monitória e nas fases de cumprimento de sentença. Um dos destaques do programa é a possibilidade de realizar conciliações online (grupo de mensagen s instantâneas, como o whatsapp).

Durante a manhã, os participantes ouviram, ainda, os relatos de conciliadores que atuam em diversas partes do Estado, entre eles, Dorval Henrique Ferrari, de Blumenau; Ana Maria Spessato, de Porto Belo; Mirela Emília Camara Bulegon, de Balneário Camboriú; e Sarajane Candeia, conciliadora e instrutora Herval do Oeste. Em suas falas, os conciliadores foram unânimes em afirmar que a implementação de um atendimento mais humanizado e no tempo adequado tem sido fundamental para ampliar os índices de resolutividade dos conflitos mediados em suas respectivas comarcas.

■ **CONSTELAÇÃO SISTÊMICA:** A Juíza de Direito de 2º Grau Hildemar Meneguzzi de Carvalho participou, no dia 3/12, do 1º Congresso de Constelação Sistêmica, na cidade de Ribeirão Preto (SP). Ela palestrou sobre o tema "Constelando no Direito de Família". A Magistrada, ainda, aproveitou o ensejo para divulgar os trabalhos realizados em Santa Catarina, especialmente da Juíza de Direito Vânia Petermann, pioneira no tema.

O evento é uma promoção do Instituto Brasileiro de Consciência Sistêmica (IBRACS) e tem como objetivo o debate e a troca de experiências de profissionais de diferentes áreas sobre a aplicação da Constelação Sistêmica.

■ **VARA DA INFÂNCIA:** O presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Torres Marques, comandou no dia 7/12, juntamente com o Juiz Ezequiel Rodrigo Garcia, diretor do foro, a solenidade de entrega da Vara da Infância e Juventude da comarca de Palhoça.

Em seus pronunciamentos, os Magistrados destacaram a importância da instalação de uma vara específica em matéria de infância e juventude no município, especialmente em razão dos elevados índices de crescimento por ele registrados nos últimos anos.

Para o presidente Torres Marques, a iniciativa representa mais um crucial instrumento para a proteção integral dos direitos da criança e do adolescente, cujo grau de vulnerabilidade é alto, elevando a responsabilidade do Poder Judiciário no trabalho de dignificá-los

Esta é a 8ª vara da comarca de Palhoça e processará as ações exclusivamente por meio eletrônico. O ato foi prestigiado pelo corregedor-geral da Justiça, Desembargador Ricardo Orofino Fontes; pela coordenadora estadual da Infância e Juventude, Desembargadora Soraya Nunes Lins; e por autoridades civis e militares locais.

CORRUPÇÃO E DEMOCRACIA

Congresso Estadual abre panorama econômico e o pap

Com o tema "A Justiça no Estado Democrático de Direito: uma abordagem atual", começou na noite do dia 30/11, em Florianópolis, o Congresso Estadual de Magistrados, promovido pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (Esmesc). A conferência de abertura foi ministrada pelo Desembargador Pedro Manoel Abreu, decano do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), e pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Glauco José Côrte.

O presidente da AMC, Desembargador Odson Cardoso Filho, deu as boas vindas aos participantes e destacou os principais tópicos que foram debatidos durante o encontro. "A Magistratura como um todo não tem se furtado a cumprir o seu papel, apesar da forte pressão de alguns setores", assinalou.

Em seguida, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Glauco José Côrte, traçou um panorama do cenário econômico do Brasil, destacando as razões da crise atual e as perspectivas para o futuro. "Estamos saindo da maior recessão econômica em toda a história do nosso país, ocasionada, principalmente, pelo excesso de intervencionismo do Executivo Federal na atividade econômica", pontuou, acrescentando que Santa Catarina tem tido um desempenho satisfatório, ocupando posições acima da média nos indicadores econômicos. Para o presidente da FIESC, a instabilidade política, avanços tecnológicos, educação, saúde, segurança e incerteza jurídica estão entre os principais desafios à competitividade do País. Côrte defendeu, ainda, uma maior valorização das decisões de primeiro grau na Justiça brasileira e a criação de um novo pacto federativo.

O segundo conferencista da noite, o Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Pedro Manoel Abreu, abordou o tema "Justiça no Estado Democrático de Direito – uma abordagem atual". O Magistrado iniciou com uma série de indagações, que iam desde o protagonismo assumido pelo Poder Judiciário no atual momento, formação do Juiz brasileiro, maturidade da democracia brasileira e o posicionamento da Justiça na cena política. "Estamos vivenciando um problema local ou esse fenômeno é universal?", questionou. Para o Magistrado, as grandes transformações do mundo contemporâneo impactaram diretamente a atividade jurisdicional e o Sistema de Justiça. "O Judiciário, no contexto da democracia contemporânea, de efeito, tem um papel indeclinável. Concebido autonomamente, numa visão liberal de divisão de funções, fundante do Estado Moderno, assume novos desafios nesse novo patamar civilizatório. Essa tendência traduz uma radical mudança de perfil do Judiciário, que passa a ter um crescente envolvimento com a questão social. De um Poder periférico, encapsulado em si mesmo, inacessível, distante das preocupações da agenda pública e dos atores sociais, transformou-se, agora, numa instituição central à democracia brasileira", sublinhou.

e com palestras sobre o pel da Justiça na democracia

"Cabe ao Judiciário o papel de salvaguardar o Estado Democrático de Direito", afirma o Ministro Jorge Mussi

Durante a manhã de sexta-feira (1º/12), o Congresso Estadual de Magistrados, promovido pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), deu seguimento aos trabalhos com o painel "Corrupção e Democracia: realidade e esperanças para um novo Brasil", que teve como debatedores o Ministro Jorge Mussi (STJ/TSE), o Desembargador Federal João Pedro Gebran Neto (TRF/4ª Região), o Procurador de Justiça Fábio André Guaragni (MP/PR) e o Desembargador catarinense Hélio do Valle Pereira, sob mediação do Desembargador Stanley da Silva Braga.

Primeiro a fazer uso da palavra, Gebran Neto falou sobre o cenário atual, destacando que o país vive uma crise de valores éticos, sendo o Poder Judiciário o vertedouro de esperanças da sociedade brasileira. "Uma das grandes conquistas da Lava Jato é a retomada da cidadania, pois permitiu desvelar as mazelas da administração pública e seus responsáveis serem punidos. Além disso, a execução penal após o julgamento pelo 2º Grau é um avanço importante que espero que permaneça", pontuou.

Ele ressaltou, ainda, que a partir da Lava Jato, aprendeu-se a trabalhar com forças-tarefas e que as novas leituras da prisão preventiva e da delação premiada possibilitaram os avanços subsequentes. "Não estamos mais naquele tempo em que o processo criminal era empurrado até prescrever. Esperar alguém cumprir uma pena depois de 12, 15 anos, não serve mais. Acredito que acabou a era da ingenuidade. Hoje, principalmente com a Lava Jato, com crimes mais complexos, vemos que há provas que são indemonstráveis, mas que, diante da soma dos fatos, é possível provar que realmente ocorreu. Adensa-se um tempo de alerta, de uma visão diferenciada", disse.

Na sequência, o Ministro Jorge Mussi ressaltou os dados divulgados pelo Fórum Econômico Mundial, em que o Brasil aparece na última colocação em um ranking que mede a confiança da população na classe política. Ao todo, 137 países foram avaliados. "Essa desconfiança não é gratuita. Ela é reflexo da má gestão da máquina governamental, que como consequência já soma 12,7 milhões de brasileiros desempregados, 23 mil leitos de hospitais públicos fechados e 2,5 milhões de crianças e adolescentes fora das salas de aula", afirmou.

Diante disso, acrescenta Mussi, cabe ao Judiciário o papel de salvaguarda na conservação do Estado democrático de Direito. "A Lava Jato é um divisor de águas que iniciou com o Mensalão, de uma quebra de paradigma muito importante. Quando poderia se imaginar, antes, a elite sendo responsabilizada e punida por crimes de corrupção?", indagou.

Terceiro a fazer uso da palavra, o Procurador Fábio André Guaragni destacou que a Lava Jato trouxe um olhar diferenciado sobre os crimes de corrupção. Antes, olhava-se apenas para o corrupto e o corruptor era tido como coadjuvante. Hoje, segundo Guaragni, entendeu-se que a corrupção como um jogo de dois. "A corrupção não é só um crime contra a administração pública, mas também contra a ordem econômica, que traz consigo consequência macro e microeconômicas", salientou. Entre as consequências, de acordo com ele, a corrupção "impede bases leais concorrenciais, liquida o desenvolvimento de pesquisas e de novos tecnologias e faz com que as empresas percam acionistas, já que não há confiança na administração".

Encerrando os trabalhos, o Desembargador Hélio do Valle Pereira abordou o que ele chamou de "dogmatismo farsesco". "Nós (Poder Judiciário) estamos rompendo algumas regras e acabamos virando os bandidos, acusados de abuso de autoridade. Só quem vive num mundo de fantasia pode acreditar que o Congresso Nacional vive um momento de maturidade e que são os Juízes os vilões", afirmou o Magistrado, que frisou, ainda, que é fundamental que as decisões judiciais sejam corajosas. "Vejo o Direito não como uma ciência, mas como uma arte, que visa fazer o bem", salientou.

Ministro Edson Fachin diz que sistema punitivo "não pode ser máximo, nem mínimo"

O Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Edson Fachin, encerrou o Congresso Estadual de Magistrados com uma série de reflexões sobre o papel que o sistema punitivo desempenha no Estado Democrático de Direito. O evento, realizado em Florianópolis pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e Escola superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC), teve como tema este ano "A Justiça no Estado Democrático de Direito: uma abordagem atual".

O Ministro abriu a sua explanação apresentando três horizontes sobre o tema: seletividade do sistema punitivo, os avanços nesta área e efetividade da norma penal. "O Brasil tem sido marcado por um sistema de Justiça Criminal notadamente injusto. Há nítida percepção de desequilíbrio, com rigor excessivo em relação a certas camadas e uma injustificada leniência com outras. Esse desequilíbrio se resolveria dando o mesmo tratamento a todos", pontuou.

Para o Ministro, há uma certa "hiperbolização" dos direitos e garantias individuais, numa referência ao excesso de recursos à disposição das partes. "Nós somos Juízes para garantir tais direitos, mas tem que haver limites. De outro modo, vamos reduzir a zero o direito penal em termos de resposta política. Na Constituição não há espaço para direito penal máximo, nem mínimo. Ela (Constituição) escolheu o Direito Penal como forma de impor limites, mas também de proteger a sociedade e seus direitos e garantias fundamentais", ressaltou.

Sobre os avanços, o Ministro Edson Fachin destacou a estabilidade no serviço público, que tem permitido às instituições democráticas agir com independência; a possibilidade de execução da pena já a partir das decisões de segunda instância; delação premiada; e o debate sobre o fim da prerrogativa de foro. "Não há espaço para manutenção do foro privilegiado", frisou.

■ DIREITO COMPARADO, ELEIÇÕES TJ/SC E SAÚDE

Antes da palestra do ministro Edson Fachin, os participantes do Congresso Estadual de Magistrados puderam assistir a dois painéis. O primeiro com o Médico Alberto Ambrogini (Baía Sul Medical Center), que ministrou a palestra "A saúde e o trabalho: a importância da prevenção ao adoecimento". Ambrogini destacou o substancial aumento de doenças cardiovasculares e tumores. "A realização de exames preventivos é fundamental e não deve ser feita de maneira aleatória. As doenças que mais matam têm causas passíveis de prevenção", informou.

Na sequência, os Desembargadores catarinenses Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço e César Augusto Mimoso Ruiz Abreu, candidatos à presidência do TJ/SC, apresentaram propostas para melhoria da gestão judiciária. Ambos destacaram a necessidade de trabalhar no sentido de melhorar os indicadores referentes à tramitação das ações judiciais na Justiça catarinense, com foco na redução do estoque de processos. A eleição no Tribunal foi realizada no dia 6 de dezembro. Além de Collaço e Abreu, também disputaram a presidência os Desembargadores Ricardo Fontes; Maria do Rocio Luz Santa Ritta; Alexandre d'Ivanenko; Jorge Luiz de Borba; e Joel Dias Figueira Júnior.

O último painel do dia, antes da conferência de encerramento proferida pelo ministro Edson Fachin, destacou a "A figura do Juiz como agente garantidor do Estado e da Sociedade" e teve a participação dos Professores e membros do Conselho da Magistratura da Argentina, Jorge Daniel Candis e Miguel Alberto Piedecasas, além do Juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva (TJ/SC). "Estamos vivendo uma situação similar ao que se tem no Brasil, em que o Judiciário da Argentina tem sofrido críticas e pressões por sua atuação na área penal, sobretudo a que se ocupa dos casos envolvendo poderosos", destacou Piedecasas.

Juízes catarinenses participam de conferência internacional na Índia

O Juiz **Tiago Fachin** e a Juíza Andréia Regis Vaz, respectivamente da Vara Criminal da comarca de São Francisco do Sul e da Vara Cível da comarca de Brusque, participam da 18ª Conferência Internacional de Chefes de Justiça do mundo (18ª International Conference of Chief Justices of the World), organizado pela City Montessory School (CMS), na cidade de Lucknow, na Índia. Os magistrados catarinenses foram a convite da Escola Nacional da Magistratura (ENM). O evento, sobre Cooperação Internacional, teve como tema "Unir o mundo através da lei mundial exigível e Governança Global Efetiva" e reúne mais de 1 mil magistrados e chefes de Estado de 125 países.

Ambos proferiram palestras, sendo que a Juíza **Andréa Vaz** falou sobre Sustentabilidade e Crimes Ambientais Transnacionais e o Juiz Thiago Fachin sobre Ativismo Judicial na Defesa dos Direitos Humanos. O evento é sobre Cooperação Internacional.

A construção de um novo mundo, com foco na proteção das atuais e futuras gerações, especialmente no que tange à integridade física e dignidade humana, esteve em debate. De acordo com os organizadores, o terrorismo internacional, extremismo, degradação ambiental global e perigo da guerra mundial ameaçam seriamente a todos, sem exceção. Neste sentido, avaliam, é imperativo regular a conduta internacional, criar uma atmosfera de unidade e paz global e garantir um futuro seguro para a humanidade, especialmente para mais de dois bilhões de crianças do mundo e as gerações ainda não nascidas.

O destaque da Conferência foi a apresentação de uma petição ao Judiciário Mundial pelos estudantes da Escola Montessori da Cidade (CMS) em nome dos filhos do mundo, para proteger seu futuro e proteção dos seus direitos.

SOLENIDADE

Solenidade marca os 100 anos de instalação da Comarca de Chapecó

Para celebrar o centenário de instalação da comarca de Chapecó, foi realizada no dia 14/11 uma solenidade comemorativa no Centro de Cultura e Eventos do município. Na ocasião, a historiadora Eli Belani fez uma breve explanação histórica e foram homenageados com diploma personagens importantes, os quais contribuíram para o fortalecimento do Poder Judiciário na região. São eles: os Juízes mais antigos da comarca, Valério Braun e Aidê Valcarenghi, o Advogado com inscrição mais antiga na OAB, Guido Schwengber, a Promotora Vânia Augusta Cella Piazza e a Servidora aposentada Jessy de Moura.

O Juiz Gustavo Emelau Marchiori, Diretor do Foro da Comarca de Chapecó, recorda de alguns fatos relativos à instalação da Comarca e das importantes transformações ao longo destes 100 anos. "Uma honra incrível poder estar à frente da Direção do Foro nesta data emblemática para a comarca e município, afinal de contas, muito se fez pelo Poder Judiciário em Chapecó nestes 100 anos. De um início tímido e modesto, sem sede definitiva, apenas provisória e com acervo por vezes transportados em lombos de mulas de uma cidade a outra (Chapecó e Xanxerê), a uma situação atual de 14 Varas e mais uma prevista para instalação - Vara da Infância e Juventude - criada no primeiro Pleno deste mês", diz.

Em números atualizados, a comarca possui 62.921 processos em andamento e cerca de 200 servidores e colaboradores. Para o Juiz Marcio Rocha Cardoso, a data, celebrada juntamente com os 100 anos da cidade de Chapecó, "reflete o caminhar juntos: comunidade e Judiciário. Dois segmentos que cresceram juntos e viram os bons frutos resultantes dos objetivos comuns de dar o melhor para as pessoas que fizeram esta cidade", ressalta.

"Chegar a uma comarca, após galgar as promoções naturais da carreira, em que se quer permanecer e ter a sorte de coincidir com um marco tão importante é uma alegria muito grande. E pensar que até 1917, haviam apenas 19 comarcas em todo o Estado e que, na época de sua instalação, Chapecó vinha de uma recém estabilidade geográfica, é realmente muito significativo ver todo o caminho trilhado pelo Judiciário até aqui", destaca o Juiz Marcos Bigolin, titular da 3ª Vara Cível de Chapecó e Diretor Adjunto do Departamento Cultural da AMC.

Semana Nacional da Conciliação em SC encerra com acordos de R$ 11 milhões

Uma solenidade no Largo da Alfândega, área central da Capital, no dia 1º/12, marcou o encerramento da Semana Nacional da Conciliação em Santa Catarina. Segundo o Desembargador Jânio de Souza Machado, coordenador do Sistema dos Juizados Especiais e Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos do TJ, o evento foi marcado pelo sucesso, principalmente mediante parcerias estabelecidas com outros órgãos públicos e representantes da sociedade civil e das Forças Armadas.

"O resultado obtido está atendendo ao propósito: divulgar a importância da conciliação e conscientizar as pessoas acerca da pacificação social", garantiu o Magistrado em discurso. Números ainda preliminares dão conta da homologação de acordos que suplantaram a marca de R$ 11 milhões. A organização do evento também contabilizou mais de 11 mil atendimentos prestados somente na capital nestes últimos cinco dias, com a participação de importantes parceiros que desenvolveram intensa ação social no centro da cidade.

O Desembargador também ressaltou a parceria com a OAB/SC como indicativo de alcance do propósito, pois mostra o quanto é possível a participação da advocacia no movimento da conciliação. Ele exaltou igualmente a presença da banda do 63º Batalhão de Infantaria, regida pelo Subtenente Marcos Aurélio Justino, a qual agraciou a todos que passavam pelo espaço com belíssimas e diversificadas músicas.

O Procurador-Geral do Município, Diogo Pitsíca, que na ocasião representou o prefeito de Florianópolis, Gean Loureiro, demonstrou bastante satisfação com o evento, responsável por resgatar aos cofres municipais cerca de R$ 1 milhão em impostos atrasados. "Esse é um dinheiro que retorna para a sociedade e vem de forma a evitar que o jurisdicionado seja encaminhado para um processo penoso. É momento de orgulho, democrático, de solução e aprimoramento da máquina estatal", garantiu o procurador.

Ao encerrar a solenidade, o Desembargador Jânio Machado foi incisivo: "Essa ideia da conciliação nacional é uma ideia que veio para ficar". Também participaram da solenidade o Juiz Antônio Zoldan da Veiga, coordenador estadual da Semana Nacional da Conciliação; a tenente-coronel Márcia Regina, representante do comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada; o Advogado Álvaro Luís Carlini, vice-presidente da Comissão de Mediação e Arbitragem da OAB/SC; e Michael da Silva, diretor do Procon estadual.

NO TOM DA EMOÇÃO

Coral da AMC comemora lançamento do primeiro CD

Neste final de ano, o tom é especial. É de festa. As vozes do Coral da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) que cantam – e encantam – há 17 anos, comemoram o lançamento do primeiro CD do grupo, intitulado "No Tom da Emoção", e que aconteceu no dia 2 de dezembro, durante o Jantar de Confraternização de Final de Ano, na sede balneária da entidade, na Cachoeira do Bom Jesus.

De acordo com a Regente e Pianista do Coral da AMC, Melina Figueiredo Alves de Arruda, foram selecionadas 12 faixas que mais tocaram os integrantes do grupo, por suas mensagens e harmonia, e que representam as várias épocas da música brasileira e cancioneiro popular. "E também aquelas que mais nos desafiaram, exigindo maior esforço e estudo e que, quando prontas, levaram-nos a sentir uma enorme satisfação pela sensação de dever cumprido", conta Melina, que destaca as faixas Sina, Va Pensiero, Tente outra vez e Epitáfio.

Com quase 20 anos de história – iniciou suas atividades em março de 2000 –, o coral computa, desde 2005, uma média de 25 apresentações por ano e uma apresentação especial para todos os integrantes: no Teatro Globo, na Argentina, em 2009. Além da distância, o coral estava em território estrangeiro e obteve uma recepção muito calorosa, destaca Melina, que frisa ainda, o quanto bem o Coral da AMC foi recebido pelo povo nordestino de Recife e João Pessoa, especificamente em apresentação no Tribunal de Justiça da Paraíba, em 2016.

O coral conta hoje com 40 integrantes e é presidido pela senhora Gilmara Fortes, que ingressou no grupo desde o seu surgimento. "É gratificante cantar em nome da AMC, associação da qual o meu marido é integrante, e poder fazer chegar ao público em geral, essa imagem mais humanizada e sensível da Magistratura", ressalta ela, que recorda de uma apresentação em especial que a tocou fortemente.

"Em 2015 e 2016, fazíamos, uma vez por mês, apresentações em Asilos e Casas de Repouso. Estes locais sempre envolvem muita emoção. Mas houve um especial. Era domingo, dia de muitas visitas. Na hora da apresentação, alguns internos sentaram-se a nossa frente e um grande número de pessoas entre internos e familiares, retiraram-se para o pátio. Quando iniciamos a apresentação e à medida que cantávamos, as pessoas do pátio foram se aproximando e se posicionando nas janelas e ao nosso redor, muitas com lágrimas nos olhos. Foi muito emocionante e gratificante", relembra.

■ **LAZER:** No dia 11 de novembro, 48 atletas, entre eles Magistrados e seus familiares, realizaram um treino especial na subida do Morro da Lagoa da Conceição, em Florianópolis. O evento foi promovido pelo Departamento de Esportes da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), em parceria com a empresa Floripa Runners.

A concentração começou cedo, por volta das 7h30, na Sede Administrativa da AMC, no bairro Itacorubi, de onde os participantes partiram para percursos de 3,6 e 12 km.

Os treinos foram conduzidos pelo preparador físico Fabiano Braun, que dinamizou um alongamento em grupo para todos interessados no evento.

MEDALHA DO MÉRITO ELEITORAL

TRE/SC homenageia 15 pessoas e instituições que contribuíram para o aprimoramento da Justiça Eleitoral

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC), em sessão solene realizada no dia 29/11, promoveu a entrega da Medalha do Mérito Eleitoral para 15 pessoas e instituições. Os homenageados foram escolhidos por se destacaram pela sua notória atuação e também pelas contribuições e serviços prestados à Justiça Eleitoral catarinense nas classes jurista, servidor e colaborador.

Os 15 agraciados com a Medalha foram: os ex-presidentes do TRE/SC, Ministro Hélio de Melo Mosimann, Desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, Desembargador José Trindade dos Santos e Desembargador Vanderlei Romer; o ex-Juízes do TRE/SC, Desembargador Federal Luiz Carlos de Castro Lugon e o Juiz de Direito Luiz Henrique Martins Portelinha; o ex-procurador regional eleitoral, o Procurador da República Carlos Antônio Fernandes de Oliveira; o promotor eleitoral, Promotor de Justiça Pedro Decomain; os Advogados João Cândido Linhares e Nelson Serpa; e os Servidores do TRE/SC Arzelina Pinheiro Barbosa, Silvia Mara de Oliveira e Sérgio Luiz Lopes. As instituições homenageadas foram: a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e a Polícia Militar de Santa Catarina (PM/SC).

Em seu discurso, o presidente do TRE/SC, Desembargador Antonio do Rêgo Monteiro Rocha, parabenizou os homenageados ao ressaltar que "o mérito não está na ação, e sim no hábito, portanto, a honraria é o reconhecimento de suas reiteradas práticas de excelência que abrilhantaram essa instituição e deixaram exemplos para as gerações do presente e do futuro".

Em nome dos homenageados, fez uso da palavra o Desembargador Vanderlei Romer, que agradeceu o Tribunal ao reconhecer que "sabemos todos nós, os agraciados, que a honraria não pode ser vista como um reconhecimento pessoal, mas sim, pelas ações voltadas à causa pública eleitoral, o que, em última análise, já é o dever de todos. Nossos corações, neste momento, transbordam de alegria".

Compuseram a mesa de autoridades da Sessão Solene o Secretário da Casa Civil, Nelson Antônio Serpa, representando o Governo do Estado de Santa Catarina; Roberto Luiz Salum, representando a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; o diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina, Desembargador Jaime Ramos e Rafael de Assis Horn, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina, além dos Juízes do Pleno do TRE-SC.

Novos Caminhos forma mais uma turma em Blumenau

Jovens que vivem em abrigos de Blumenau concluíram a primeira etapa do programa Novos Caminhos e participaram, nesta quarta-feira (29/11), da solenidade de formatura, realizada no Centro Empresarial de Blumenau (CEB).

Ao todo, 25 adolescentes foram diplomados pelo programa, fruto de iniciativa conjunta entre Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) e Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), e que atende jovens de 14 a 18 anos que vivem em programas de acolhimento de Blumenau.

A turma iniciou suas atividades em maio deste ano e participou de cursos ministrados pelo IEL, SESI, SENAI E SENAC, visando desenvolver capacitações voltadas a questões comportamentais, trabalhistas e também educacionais, além de possibilitar a inserção em cursos de qualificação, aprendizagem e técnicos.

Participaram do evento as Magistradas que atuam na comarca de Blumenau, Cibelle Mendes Beltrame e Simone Faria Locks. "É gratificante ver esses adolescentes se preparando para o mercado de trabalho, para a vida, para um novo futuro. Parabéns a todos os envolvidos neste projeto lindo, que resgata a cidadania, a autoestima e capacita nossos jovens para trilharem seus próprios caminhos", destaca Cibelle.

■ SOBRE O PROGRAMA

O Programa Novos Caminhos proporciona aos adolescentes com idade acima de 14 anos em situação de acolhimento, a formação social, o aprender a conviver e a formação técnica. Com isso, desenvolve as potencialidades e contribui para a inclusão social destes adolescentes no mundo do trabalho, geração de renda e participação social.

EM FLORIANÓPOLIS

Magistrados e servidores participam de encontro sobre sistema nacional de monitoramento de prisões

Magistrados que atuam em unidades com competência Criminal, em Execução Penal e em Família participaram, no dia 25 de novembro, no auditório do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) da primeira etapa do curso de capacitação para monitoramento dos mandados de prisão em todo o território nacional. A primeira turma, com 120 Juízes catarinenses, integra o projeto-piloto de implantação em Santa Catarina do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0)

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a fim de criar sistema que permita registro de cada pessoa presa ou contra a qual pende ordem de prisão e acompanhamento, em tempo real, da evolução da prisão provisória, da medida de segurança e do cumprimento da pena, desenvolveu nova versão do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP 1.0), que passará a ser denominado Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0). Atualmente, os bancos de dados atinentes a prisões ficam restritos aos âmbitos estadual e regional e apresentam imprecisão.

O BNMP 2.0 permitirá monitoramento das prisões em âmbito nacional, por meio do encaminhamento de dados inseridos em documentos que determinam ou certificam entrada e saída de internos do sistema prisional – mandado de prisão, certidão de cumprimento de mandado de prisão, contramandado de prisão, alvará de soltura, ordem de liberação, guia de recolhimento, mandado de internação, certidão de cumprimento de mandado de internação, guia de internação, ordem de desinternação, certidão de extinção da punibilidade por morte e guia unificada de recolhimento (acervo).

A Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), participou da abertura do evento, por transmissão ao vivo de Brasília. A Ministra agradeceu ao TJ/SC o empenho no projeto e enfatizou a indispensabilidade de o Poder Judiciário ter o domínio dos dados atinentes ao sistema prisional. De acordo com a Ministra, o BNMP 2.0 vem ao encontro do que dispõe a legislação e do entendimento do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou que o Brasil está em "estado de coisas inconstitucional" no que se refere ao sistema penitenciário.

O TJ/SC, assim como o TJ/SP, que também participa do projeto-piloto de implantação do BNMP 2.0, fará o encaminhamento dos dados por meio da integração dos sistemas computacionais SAJ e BNMP 2.0 (os dados serão alimentados no SAJ e transmitidos automaticamente ao BNMP – webservice). O TJ de Roraima participa como piloto no formato web (alimenta os dados diretamente no sistema BNMP). As capacitações presenciais são dirigidas às 223 unidades judiciárias com competência criminal, em execução penal e em família do TJ/SC e às Divisões de Tramitação Remota Penal de Execução Penal.

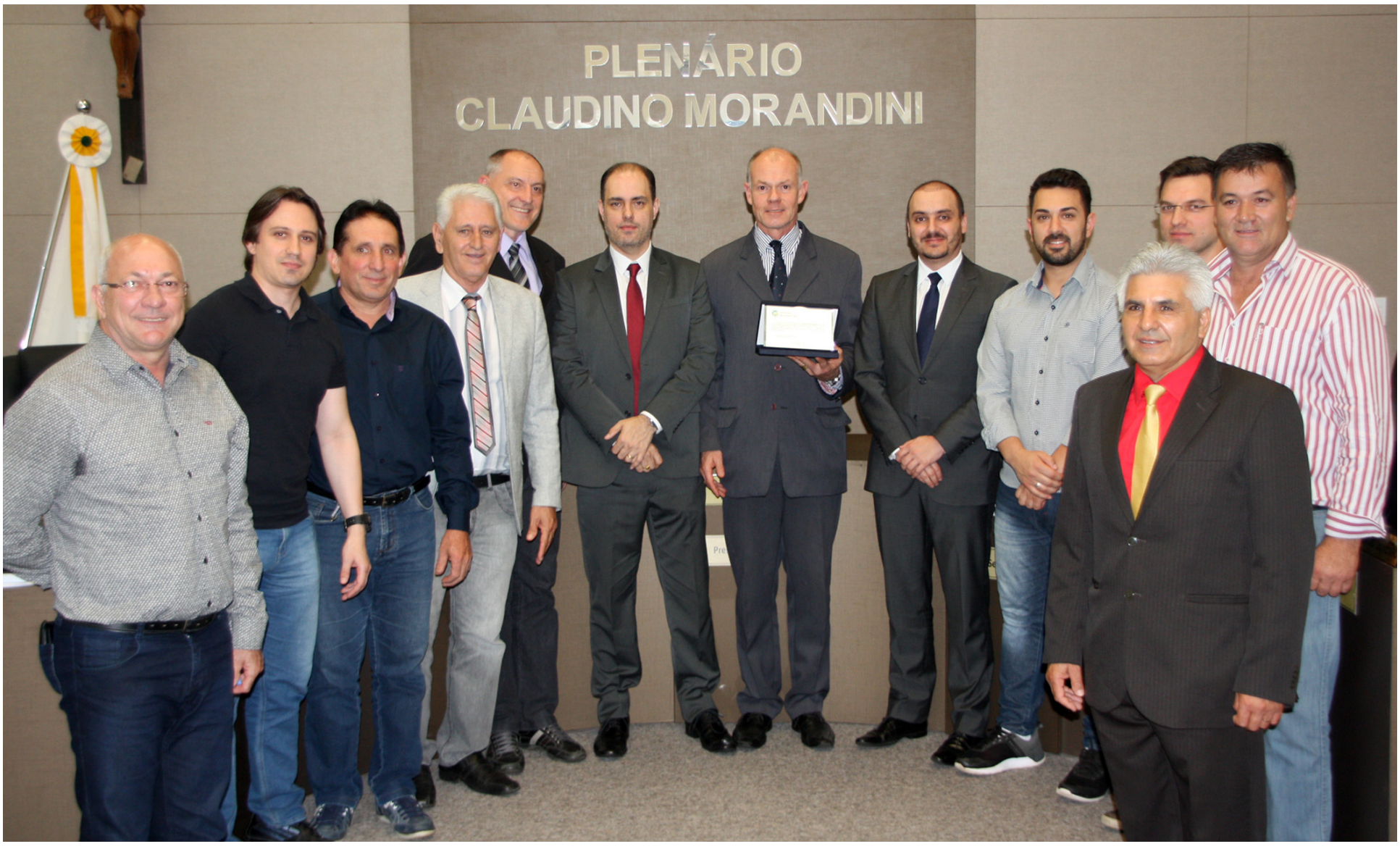
Os Magistrados que atuam nas unidades envolvidas indicaram um servidor de cartório e um servidor de gabinete para a capacitação que ocorreu no dia 27 de novembro. Foi disponibilizada, também, capacitação à distância sobre o BNMP 2.0, com detalhamento acerca das alterações de procedimentos e dos novos documentos que passarão a ser emitidos. O curso será destinado, inicialmente, para Magistrados e Servidores das unidades que possuem competência criminal, em execução penal e em família. Posteriormente, o curso a distância deverá ser disponibilizado para todos os Magistrados e Servidores, tendo em vista a recorrente emissão, no plantão judicial, dos documentos que passarão a ser encaminhados ao BNMP 2.0.

Participaram da mesa de abertura do encontro o presidente do (TJ/SC), Desembargador Torres Marques; o Corregedor-geral da Justiça, Desembargador Ricardo Fontes; o supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF), Desembargador Roberto Lucas Pacheco; o conselheiro do CNJ, Juiz de Direito Márcio Schiefler Fontes; Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ e Coordenadora do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF/CNJ), Maria de Fátima Alves da Silva; Juiz auxiliar do CNJ, Marcelo Mesquita; e a 1ª vice-presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), Juíza de Direito Jussara Schittler dos Santos Wandscheer.

O Desembargador Roberto Lucas Pacheco, Supervisor do GMF, encerrou o evento destacando que "o correto preenchimento do histórico de partes e dos documentos que serão encaminhados ao BNMP 2.0 é fator essencial para o sucesso do projeto e possibilitará uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva".

EM FLORIANÓPOLIS

Comarca de Joaçaba recebe homenagem pelos seus 100 anos



A Câmara de Vereadores de Joaçaba, durante a sessão realizada no dia 7/11, prestou uma homenagem ao Poder Judiciário local. Os Vereadores entregaram aos Juízes Alexandre Dittrich Buhr, Fabrício Rossetti Gast e Márcio Humberto Bragaglia uma Moção de Aplauso pela passagem dos 100 anos de fundação da comarca.

O presidente da Casa Legislativa, Francisco Moreira Lopes, autor da proposição, recordou de alguns fatos relativos à instalação da Comarca. “No dia 25 de agosto de 1917 foi promulgada a Lei nº 1.147 que criou a Comarca denominada de Cruzeiro, com sede provisória no povoado de Limeira. Na época foram criadas apenas quatro sedes de Comarca no Estado. Já a instalação oficial da nossa Comarca ocorreu no dia 10 de novembro de 1917. Este fato já evidenciava que o município - que mais tarde viria a se chamar Joaçaba - já se destacava em importância regional. Ao longo destes 100 anos, passaram pela Comarca de Joaçaba 196 Magistrados”, assinalou.

Em seu pronunciamento, o Juiz Alexandre Alexandre Dittrich Buhr disse que a homenagem se estende a todos aqueles que passaram pela Comarca, sejam Juízes ou Servidores. “Nós, os três Juízes e todos os Servidores ativos temos o privilégio de sermos testemunhas e atores deste momento em que comemoramos o centenário da Comarca. Mas, neste momento, devemos trazer à memória todos os Servidores do Judiciário que nos antecederam, porque o aniversário de 100 anos é de todos”, pontuou. Fazendo referência a um texto bíblico lido no início da sessão, Buhr disse que, muitas vezes, o Poder Judiciário é o último recurso em muitas das questões que afligem o ser humano. “Então esta responsabilidade de termos os reclamos do cidadão às vezes como o último refúgio, nos motiva a continuarmos. Tenho certeza de que seguiremos agindo com independência, responsabilidade e amor à profissão. Agradecemos por esta Moção que será guardada com carinho em local de destaque no Fórum”, destacou.

O Juiz Márcio Humberto Bragaglia, por sua vez, destacou que “em épocas em que a República observa os poderes se enfrentando de forma brutal e desrespeitosa, a entrega desta Moção pela Câmara ao Judiciário demonstra a existência do bom relacionamento entre os poderes no município de Joaçaba. As boas relações que temos podem ser percebidas, neste sentido de harmonia, respeito e independência, pelo pequeno número de processos que temos envolvendo atos de improbidade administrativa em relação a governança dos demais poderes. Receber esta homenagem do Poder Legislativo é também um aval de que a comunidade de Joaçaba nos entende como úteis e importantes neste contexto e no serviço social que prestamos”, frisou.

Por fim, o Juiz Fabrício Rosseti Gasti lembrou que historicamente Joaçaba tem uma importância no cenário político e jurídico muito relevante e que é um orgulho estar nesta Comarca quando a mesma completa seu centenário. Falou da importância em planejar a Joaçaba do futuro. Sobre a evolução no Poder Judiciário, ressaltou que atualmente a maioria dos processos tramita em mídia digital. “E quem sabe no Judiciário do futuro não precisaremos mais nem de um espaço físico para o Fórum, apenas de salas de audiência. Pois, já existe o tele trabalho e outras mudanças continuarão ocorrendo. Agradecemos por esta homenagem que para nós é de grande importância”, finalizou.

Minha história... CONHEÇA A TRAJETÓRIA DO DESEMBARGADOR ALTAMIRO DE OLIVEIRA

O artista da Magistratura

Dos palcos do teatro ao púlpito dos júris. Essa bem que era a intenção do Desembargador Altamiro de Oliveira, naquela época da adolescência em que pairam inúmeros sonhos profissionais. Mas quis o próprio Magistrado que o seu destino fosse outro. E olha que pretensões de carreiras não faltaram para ele, a começar pelos caminhos trilhados antes mesmo de pensar em ingressar no Judiciário. "Entrei no teatro para aprender a me expressar. Tinha uma vontade imensa de cursar Direito e fazer o papel do Advogado nos júris, mas no fim terminei no papel inverso, do Juiz, que só ouve", ironiza.

Manezinho da Ilha, criado no Morro do Mocotó, o Magistrado encontrou na arte uma forma de desenvolver a oratória e angariar alguns trocados, durante a adolescência humilde. No período de atividades, atuou em dezenas de peças de teatro infantil até ingressar no Poder Judiciário, aos 18 anos, como Oficial de Justiça, em 1981. No entanto, se engana quem pensa que os palcos foram deixados de lado. No mesmo ano, quando soube da vinda de Thiago ao mundo, o primeiro dos seus seis filhos, conseguiu encontrar tempo para continuar fazendo arte, mas desta vez com outros fins. "Conciliava o trabalho, a família e os estudos. E mesmo assim, sobravam algumas horas para os ensaios e apresentações, o que me ajudou bastante, já precisava complementar a renda da família", relata.

A transição do palco para os corredores do Judiciário ocorreu de forma natural. Aliás, tudo começou antes mesmo dos concursos, quando era observado pela mãe, servidora do Judiciário, enquanto passava as tardes jogando futebol, ao redor do Tribunal de Justiça (TJ). "Ela dizia para as colegas: o que vai dar esse menino? Só quer saber de jogar futebol", revela, emocionado ao se lembrar das "peladas" com os amigos de infância.

E todas essas horas dedicadas ao futebol, além da diversão, também lhe renderam alguns bons vinténs, durante a juventude, nos campeonatos amadores dos quais participava. Nos anos assíduos nas quatro linhas, o "meia-cancha" conquistou vários títulos e inúmeras caronas. "Pegavam-me e depois me deixavam em casa. Tudo isso acompanhado de um cachê pela partida", conta.

Quando questionado sobre o porquê de não ter seguido a carreira, ele explica que foi uma questão de escolhas. "Naquela época era tudo muito diferente de hoje. Para ser profissional, eu precisaria ficar no clube o dia inteiro, com dedicação exclusiva. E como tinha que conciliar os treinos com os estudos, acabei seguindo outro caminho".

Toda essa história é ratificada pelos próprios colegas de Judiciário. Basta perguntar a algum Servidor mais próximo do Magistrado sobre a intimidade dele com a bola, que a resposta certamente será positiva. Qualidade que também foi comprovada com o título do torneio nacional da Associação dos Magistrados Brasileiros, em 2010. O detalhe aí é que Altamiro, à época com 48 anos, jogou na categoria geral e deu bastante trabalho a muitos "guris" – os Juízes na faixa dos 30.

Apesar de atualmente, ter reduzido o ritmo nos gramados, as peladas ainda continuam sendo o principal hobby do magistrado. "Parei um pouco os campeonatos. Hoje estou mais na diretoria", brinca.

UM JUIZ NADA CONVENCIONAL

Desde o ingresso no Judiciário, o ainda estudante de Direito logo galgou vários passos na carreira de servidor, antes de se formar na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1984. Iniciou no oficialato de Justiça, virou secretário de Câmara e ainda foi Chefe de Seção. Na Magistratura, entrou em 1989, em um concurso de durou cerca de dois anos de avaliações. De lá para cá, passou por 12 comarcas – Criciúma, Içara, Capital, São José, Biguaçu, São Bento, Rio Negrinho e Jaraguá do Sul, Campo-Êre, Capinzal, Caçador, Lages – até ser promovido a Juiz de Direito de 2º Grau e, depois, Desembargador.

De origem humilde, Altamiro se considera um Juiz "não convencional". Em todas as regiões por onde passara diz que fez o possível para aproximar a Justiça das comunidades. "Penso que a gente está Juiz para ajudar os outros e com muito mais amplitude, hoje em dia. Por isso, a importância do bom atendimento ao jurisdicionado. No meu caso, em especial, continuo prezando pela humildade. Ainda tenho grandes amigos de infância do Morro, que encontro frequentemente tanto na rua quanto aqui no meu gabinete", destaca.

E por onde passou, o Magistrado mostrou serviço e criatividade. Na comarca de São José, em 1991, ainda como Juiz substituto, decidiu ousar ao julgar um caso inusitado de separação litigiosa. O principal personagem da ação era um passarinho, cuja "guarda" era discutida pelo casal. E a ideia de Altamiro para a solução do caso também foi pra lá de peculiar. "Numa das audiências, os ânimos se acirraram e pedi ao casal para trazer o passarinho ao Fórum, em outra oportunidade. Quando voltaram, tirei o bichinho da gaiola e o soltei pela janela. Solução feliz para todos", conta.

Na comarca de Lages, onde passou boa parte da carreira, criou uma peça de teatro em parceria com um grupo artístico do município, sobre os direitos e deveres do cidadão, com apresentações no Salão do Júri do Fórum. Nos anos de atividades, centenas de estudantes assistiram as encenações e puderam conhecer as instalações e o funcionamento da Justiça.

Na cidade, o Juiz também fazia questão de participar dos eventos que envolviam questões sociais. "Fazia o possível para estar por dentro dos acontecimentos da região. Participava dos encontros para os quais era convidado, além de ter comparecer com frequência a programas de rádios da região. Sempre achei muito importante essa aproximação da Justiça com as comunidades", explica.

INCÓGNITA DE CODINOME

Durante a entrevista, não resisti a uma questão que encasqueta a muitos amigos e colegas do magistrado: o apelido de "Dr. Pinha". Eis que o segredo foi desvendado. O codinome já acompanha Altamiro desde o seu nascimento. E tudo por culpa de sua madrinha. "Quando eu era bebê tinha um topete e a minha madrinha achou-o parecido com a saliência da Pinha, uma galinha da nossa família. Ela disse: esse guri parece a Pinha. E desde então pegou", revela, aos risos.

O FUTURO

Se lá no início da conversa, aquela história de subir ao púlpito como Advogado foi o que fez Altamiro cursar Direito, hoje ele tem a certeza de que acertou na escolha, exceto pela parte de advogar, que parecia ser mesmo um daqueles devaneios de adolescência. "A Magistratura para mim é a realização de um sonho. Provavelmente não conseguiria fazer outra coisa", diz com um brilho no olhar.